

A MARGEM E O OUTRO, RETRATOS DE ÍNDIO NO ROMANTISMO

Adeíto Manoel Pinho*

Resumo

Este estudo investiga a representação do índio brasileiro em romances românticos de José de Alencar e na poesia de Gonçalves Dias e, logo após, estabelece uma articulação dessas imagens com textos do historiador Afonso Arinos de Melo Franco, também sobre índios. Os termos mobilidade e classe social indígena indicam o rumo do confronto entre um bloco de textos — José de Alencar e Gonçalves Dias — e outro — Afonso Arinos de Melo Franco — os quais versam sobre o nativo, sempre tendo como ponto de chegada os grandes temas de discussão contemporânea: identidade cultural e nacional e outridade.

Palavras-chave: Literatura. Romantismo. Índio brasileiro. Identidade Cultural e Nacional.

O índio brasileiro é o produto mais lucrativo que a literatura brasileira já inventou. Do mesmo modo, é bem sucedida a tipologia mítica indianista cujo conhecimento assumiu papel de relevo na instituição escolar e na cultura de massa. O discurso literário não inventou o fenômeno indígena, mas providenciou seu prestígio e aprofundamento no imaginário nacional. Talvez o romantismo seja o movimento literário mais inter-relacionado com as demandas sócio-políticas do Brasil, numa interferência acirrada ao ponto de se ler um país – em contingência – literário.

Ao pretender articular, principalmente, a leitura de textos consagrados como *Iracema* e *O Guarani*, romances de José de Alencar e poemas de Gonçalves Dias, e o texto “Viagens de índios brasileiros à Europa”, um dos capítulos de *O índio brasileiro e a Revolução Francesa* — origens brasileiras da teoria da bondade natural, de Afonso Arinos de Mello Franco, investigo como o discurso literário parece estabelecer um conceito significativo de índio, desabonador das ações equivocadas do colonizador. Nessas obras consagradas, perfilam-se a classe virtual do indígena, a sua mobilidade cultural e a aparente contradição como herói da Nação.

O historiador Afonso Arinos traz um elemento de requinte à discussão, que adquire aspecto elucidativo: o homem americano não foi simplesmente representado, no espaço da cultura, como ser de segunda ordem, escravo, ou único empecilho para a conquista total do Novo Mundo, como seria simples retratá-lo. Para Arinos,

Os lusos sempre tiveram tendência para a escravidão dos naturais das terras conquistadas. No Brasil, segundo depoimentos de cronistas insuspeitos, não havia português ou portuguesa, por mais pobre que fosse, que não tivesse duas ou três “peças” de escravos, que se encarregavam de prover ao sustento do senhor ou senhora (FRANCO, 2000. p. 68-69).

Ainda segundo o pesquisador,

* Doutor; Professor Assistente de Literatura Brasileira da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). adeitalo@uol.com.br

Porém não eram somente como mercadoria venal que os índios brasileiros atravessavam o Atlântico, em direção ao Velho Mundo, ou às colônias deste. Costumavam, também, ser conduzidos como uma espécie de meio de prova dos progressos da conquista, juntamente com outros produtos e curiosidades da terra (Ibid, p. 75).

Como “curiosidade da terra”, pelo jugo da cobiça do europeu, os nativos chegavam com alguma dignidade, sendo transportados livremente, sem amarras ou correntes, recebidos muitas vezes como senhores das terras do Novo Mundo. As causas do ocultamento do retrato de autonomia e estima do indígena, pelos intelectuais brasileiros do séc. XIX, são objetivo posterior deste trabalho. Os nossos românticos construiriam uma narrativa de redenção desse primeiro habitante, omitindo a crônica do nativo distante da natureza selvagem, talvez porque o nosso modelo de colonização vencedor tenha sido português.

Pelo seu lado, as pesquisas apontam o modelo francês de contato com o indígena, proporcionando as viagens à Europa, na forma de festas, homenagens, tratamento de nobreza. O historiador cita exemplos como a viagem de Catarina Paraguassu e Diogo Álvares sendo recebidos pelos reis de França com honrarias, e a *feira brasileira de Rouen* — cidade prestigiosa da Normandia em 1550, protegida por Francisco I — que ofereceu um quadro representativo da vida do homem do Brasil, com mais de 300 figurantes nus, pintados e ornados de plumas. Dentre aqueles, Arinos cita historiadores que confirmam a participação de 50 nativos originais. Como espécie de boa política, índios contraíram matrimônio com jovens francesas de famílias importantes, retornando ao Brasil como verdadeiros nobres normandos ou saxões. (Ibid, p. 102). Exemplos desse tipo parecem determinar uma visada tão nova quanto preocupante em relação ao sucesso das representações literárias do nativo do Brasil.

A narrativa em destaque, referida por Afonso Arinos, é representativa no que diz respeito ao papel do índio como contributário à compreensão de uma faceta

da cultura ocidental: como se organizou filosófica e politicamente a Modernidade. Numa breve retrospectiva, o romantismo adotado pelo Brasil via Revista *Niterói e Suspiros Poéticos e Saudades*, em 1836, estava apoiado dos avanços estéticos e políticos devedores da Revolução Francesa. Esta recebeu influxos principalmente das idéias dos enciclopedistas e de Jean Jacques Rousseau e seus discursos sobre o homem natural, a natureza *versus* civilização, idéias devedoras das teses filosóficas dos dois séculos anteriores, que, segundo o pesquisador brasileiro,

É uma verdadeira convergência de impressões. O grande céptico (céptico) do século dezesseis (Sr. de Montaigne), que já influíra direta ou indiretamente nos juristas do século dezesseis, Grotius, Locke, Puffendorf, vai, também, em companhia desses discípulos, influir sobre o filósofo do século dezoito (Rousseau). (FRANCO, 2000. p. 276).

Os intelectuais acima registraram o surgimento do índio na cultura européia. As viagens de índios brasileiros ao velho mundo reconstituíram o percurso pouco conhecido, ou indigno de nota, dos índios brasileiros à Europa, principalmente, revelado através da crônica histórica dos missivistas e viajantes estrangeiros. Ao final, as peripécias européias dos homens emplumados são capazes de construir uma representação na América lusa, combatendo a representação comum do nativo nas telas românticas do século XIX e nos poemas e romances desse mesmo período — imagens fugidias e descoradas duma população exilada cultural e geograficamente.

A sociedade brasileira do século dezenove teve a necessidade de projetar perfis de classes sociais — índio, negro e branco — principalmente daquelas que concorrem com representações impostas, virtuais, como as duas primeiras. Por outro lado, havia de fato um processo frenético de extinção da classe indígena, de manutenção da condição escrava da classe negra e de elitização da classe branca — herdeira dos privilégios coloniais e detentora de todos os bens e confortos materiais e morais disponíveis naquele momento.

Passando para a literatura, pode-se configurar duas imagens históricas sobre o nosso selvagem: o homem incapaz de adaptar-se ao lugar imposto no modelo de civilização, por isso, tendo como única concessão a ida para a floresta, sua verdadeira condição animalesca — providenciada pela maquinaria colonial bem sucedida dos portugueses; e a imagem do homem exótico, original, levado à Europa pelos mais diversos estratagemas, sendo, muitas vezes, capaz de dominar o intrincado modo de vida do Velho Mundo. Mesmo havendo uma sedução por outro modelo de colonização não menos cruel — o francês — este questiona a imagem do animal débil, incapaz de dominar outras culturas, que a tradição escolar e de massa teimam tantas vezes em propalar.

Por outro lado, em outro tempo, as tentativas mais bem sucedidas de devolver a dignidade ao índio foram realizadas por José de Alencar e Gonçalves Dias, ao produzirem obras que deram relevo ao protagonista e papel decisivo na formação da nova Nação. A questão é que a visão cultural do nativo, colhida da tradição histórica conservadora de uma única classe social — a herdeira do legado europeu —, acabou sendo um desprestígio naquelas produções romanescas e poéticas. Então, as obras promoveram eleger o nativo e acabaram por consagrar o colonizador, pela submissão daquele ao arbítrio cultural deste.

A discussão sobre o cânone literário vincula-se intimamente à investigação proposta aqui. O lugar do ser brasileiro também atrai as obras consagradas, num jogo onde os poetas provindos da margem podem buscar consagração. Escritores como Gonçalves Dias e Machado de Assis não pertenciam ao *locus* da consagração, eram mestiços, portanto seriam desqualificados para o torneio do cânone. Mas, então, como se deu a consagração? Tais escritores avançaram para o centro, como Jacques Derrida diria, tratando deles próprios, por meio da negociação, produzindo a obra canônica. Gonçalves Dias (1823-1864), através de uma veia poética superior, consagrou definitivamente a temática indianista na poesia, o tema

da nacionalidade, e também, através das suas atribuições no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — a instituição de mérito intelectual do Brasil no século XIX, às asas acolhedoras de D. Pedro II.

O poeta de *I Juca Pirama* negociou um lugar canônico representativo para si e para sua classe, quando não atingiu criticamente, pelo menos nessa temática nativista, a classe mandatária — as elites políticas e culturais. Seguindo os conselhos de Ferdinand Denis, Simonde de Sismondi, Ferdinand Wolf, Friedrich Bouterwek, (CÉSAR, 1978.) e outros, quanto à representação da natureza e do indígena, da valorização da independência e originalidade, concorreu para o fortalecimento da Nação. Observando de outro lugar, esse mesmo esforço do poeta maranhense ordenou uma quase nula movimentação social de sua classe — indígena: na floresta e muito longe da civilização da corte. Autores que discordassem dessa orientação estariam fadados à marginalização literária, como foi exemplo evidente o poeta Luís Gama.

O crítico Flávio Kothe, num livro polêmico, não poupa esse caráter de negociação, do nosso poeta dos índios:

O indianismo faz a louvação do historicamente fracassado como se este fosse um vitorioso, como se representasse uma cultura superior e não tivesse sido aniquilado pelo colonizador português, como se não estivesse em andamento um modo de produção que substituiria aquele que havia substituído o modo tribal. (...) O branco sai limpo da história, ainda que sua máscara fale português (KOTHE, 2000, p. 213-214).

As palavras de Kothe dirigem-se aos versos de *I Juca Pirama*,

Andei longas terras,
Lidei cruas guerras,
Vaguei pelas serras,
Dos vis aimorés;
Vi lutas de bravos,
Vi fortes — escravos!
De estranhos ignavos
Calcados aos pés. (KOTHE, 2000, p. 214).

A luta proposta por Dias era desigual. Os inimigos dos índios também combateram os brancos — esvaziando a denúncia — e seu arsenal, como diria Kothe, constituía-se de tacape e arco contra fuzis e canhões. Por isso, com tão pouco apuro crítico, o leitor não se achava questionado enquanto agente desse mesmo aniquilamento. A menção crítica do professor Flávio Kothe limita-se a constatar a imagem do derrotado perante o português, a qual endossa a perspectiva de inábil do nativo. É importante, aqui, a outra imagem proposta por Arinos: mobilidade e competência.

Nosso poeta maranhense pouco fez de crítica às condições coevas do índio brasileiro, aprisionado entre o extermínio e a crueldade, o que seria um desgaste com as classes “supracomissões” encarregadas do julgamento dos competidores do cânone da literatura. Como diria Roberto Reis no seu texto “Cânon” (REIS, 1992), vale mais o questionamento sobre Dias no tocante às amarras de poder trançadas e comprimidas, falando por um eufemismo, sua recepção, do que simplesmente questionar o valor de sua obra. José Luís Jobim, num estudo sobre o romantismo, afirma que “Gonçalves Dias não foge muito aos chavões que, com a pretensão de verdades científicas, se formularam sobre as características dos índios no Brasil” (JOBIM, 1998, p. 85). É ainda Jobim que reproduz idéias do poeta maranhense. Para o autor de ‘I Juca Pirama’ “o índio era indolente e preguiçoso, rancoroso e vingativo, hospitaleiro para com os estranhos”, (JOBIM, 1998, p. 85). Ao exercer suas atividades no Instituto Histórico, providenciava textos científicos também sobre o índio, que eram muito semelhantes às idéias proferidas na poesia. O ensaísta atribui uma contradição às idéias de Gonçalves Dias, quando segue os discursos preconceituosos contra o índio. Para Jobim, “nesta representação do índio há, inclusive, termos que uma lógica cartesiana consideraria mutuamente exclusivos: como conciliar, por exemplo, ‘o herói original do Brasil’ com o ‘membro de uma raça inferior à do colonizador?’” (JOBIM, 1998, p. 86).

A imposição das elites, como recompensa a uma consagração desses textos “participantes do cânone” (KOTHE, 2000, p. 215) seria a composição que permitiria a presença do Outro, demarcado o lugar do menor, sem as possibilidades da reabilitação. Vislumbrar-se-ia vigorosa a classe tribal se os parâmetros científicos permitissem a visada na história do índio, que o retratasse de pé, como o vemos nas linhas do texto de Arinos, fora da floresta, turista do infortúnio e da fortuna, participe da barbárie e da construção do pensamento do europeu, da fraternidade, da Revolução, da alteridade, das possibilidades democráticas, como percebeu Rousseau. O fenômeno aqui detectado não pertence deveras aos Anais do passado catalogado. Intelectuais e pesquisadores das mais diversas áreas (da antropologia, medicina, e até da novíssima Robótica e dos estudos dos Genomas) continuam buscando um conhecimento valioso entre as palavras balbuciadas e a presença impactante do selvagem, ao que se vê, muitas vezes com os mesmos rituais de invasão e soberba dos primeiros homens vestidos a aportarem em terras tropicais. Algumas dessas idéias pretendem verificar o quanto foi rentável o perfil indígena e o quanto é mesquinha a paga dessa barganha.

Estaria correta, por isso, tanto a consagração por classe social, quando o poeta é da pertença daquele grupo detentor de poder, ou quando saído de outro, consegue dar conta da temática estabelecida como canônica, no caso, a nacionalista. Então, há quase um apagamento da origem à margem, quando alçado à categoria “universal” — entenda-se da classe de elite, no caso de Gonçalves Dias. José de Alencar (1829-1877) sofreu também de uma contradição semelhante: construir uma obra original que demonstrasse a grandiosidade cultural do Brasil e devedora dos benefícios europeus. Por desacreditar numa tradição passada pelos missivistas e viajantes, Alencar tentou retratar um perfil heróico sobre o nosso primeiro habitante. Como parece crer que esse perfil inexistente, projeta o que Antônio Cândido festejou como o único escritor de nossa literatura

a criar um mito heróico, o de Peri (CÂNDIDO, 1975, p. 223). Podemos dar crédito a Alencar, se não conhecermos as informações anteriores sobre o índio, talvez mais nove-
lísticas do que as peripécias de *O Guarani*.

Uma das diferenças marcantes entre os textos de Alencar e as aventuras divulgadas por Franco é a mobilidade continental do autóctone. Nas narrativas alencarianas, os protagonistas, índios ou mestiços, dominam e são os principais conhecedores da linguagem requerida para a sobrevivência. Manuel Canho (*O Gaúcho*) fala com os cavalos e conhece os caminhos dos imensos pastos dos pampas gaúchos (ALENCAR, s/d, p. 29 e outras.). Arnaldo (*O sertanejo*) é tão habilidoso no trato das caatingas cearenses que dorme com a companhia próxima de uma onça pintada ou a domina, tal qual as histórias contemporâneas de cordéis (ALENCAR, s/d, p. 29-30, 52). Peri conhece os segredos das árvores, dos abismos e da serpente, dos venenos e das feras. São todos, como se refere Alfredo Bosi (1995), parentes e prolongamentos do protagonista de *O Guarani*. No entanto, essas personagens estão confinadas ao ambiente exclusivo de refúgio do índio, a floresta, a natureza. Elas são representadas como seres desconfortáveis à presença ‘civilizada’, urbana, devendo, por isso, render homenagens a outro poder, como no trecho abaixo:

Por fim, D. Antonio de Mariz passando o braço esquerdo pela cintura de sua filha, caminhou para o selvagem, e estendeu-lhe a mão com gesto nobre e afável: o índio curvou-se e beijou a mão do fidalgo.
– De que nação és? Perguntou-lhe o cavalheiro em guarani.
– Goitacá, respondeu o selvagem erguendo a cabeça com altivez.
– Como te chamas?
– Peri, filho de Ararê, primeiro de sua tribo.
– Eu sou um fidalgo português, um branco inimigo de tua raça, conquistador de tua terra; mas tu salvaste minha filha; ofereço-te a minha amizade.
– Peri aceita; tu já eras amigo (ALENCAR, s/d, p. 65).

Assim, todos os outros personagens renderam homenagens e tomaram um lugar oscilante entre o herói poderoso e o subalterno dócil. Nas palavras e gestos

de D. Antonio de Mariz, estender o braço para o beijo de vassalagem, e com a frase “conquistador de tua terra”, posiciona o lugar do índio e o sacrifício a que será chamado. Peri abandonou os seus para seguir o inimigo, como Iracema, que também procedeu tal afastamento simbólico, motivando uma metáfora merecedora de discussão. Talvez por isso, Alencar não visse mal na subserviência de Peri, e na sensualidade “maldosa” de Iracema, punida depois com a morte. Ao invés de contradição, compromisso. O aspecto universal e original pretendido apontava, como coincidência salutar e abonadora, para o branco europeu.

Alfredo Bosi detecta um mito sacrificial na ficção alencariana, por constatar mortes físicas — em *Iracema* — e simbólicas. A morte simbólica de *O Guarani* e de *O Gaúcho*, pela indefinição dos finais das obras, aparentemente discordantes da moral tradicional e da pureza aristocrática, quando aqueles personagens pareceram pender para a mistura de etnias, Peri e Ceci, e de classes sociais, Manuel Canho e sua “perdida” e adúltera amante. A terrível tempestade causada pelo minuano a perseguir o tordilho veloz e a enchente carregando a frágil canoa para longe (ou para a morte) seriam a saída do romancista para o mal-estar causado pela sugestão de hibridização étnico-social através dos dois pares de amantes.

Outra morte simbólica detectada ocorreu a Peri, no ato batismal, ao tomar o nome do colonizador, numa atitude de subserviência do índio e indicativo dos propósitos de Alencar, quanto a uma nacionalidade brasileira (ALENCAR, s/d, p. 185). A professora Elvya Pereira, no seu estudo *Piguara — a invenção do Brasil* (1998), percebe a imagem simbólica do beijo de Peri à espada do colonizador como um pacto de conciliação. Quanto à minha visão, essa conciliação se faz como auto-anulação e aceitação do colonizador como detentor do poder.

Iracema, como símbolo fundador de uma nacionalidade, deve ser questionada em alguns pontos, principalmente quando vistos à luz das idéias e informações

expostas acima. A sedução para o pacto amoroso entre as personagens do romance parte da mulher, reacendendo mitos bíblicos (Eva) e gregos (Pandora) de evidência misógina. Martin, personagem de honra e força, resiste à quebra de outro pacto essencial, o da hospitalidade. Então, Iracema o seduz com a bebida sagrada, consolidando o consórcio amoroso pelo rompimento da liga da virgindade e da honra da guardiã do segredo da jurema.

Numa perspectiva mítica, Iracema seria o Brasil virgem, puro e sábio, enquanto Martim seria o conquistador, impetuoso e determinado. O colonizador não deseja, numa interpretação rasteira, dominar a terra virgem, mas é seduzido por ela. A narrativa transfere a culpa dos desígnios nefastos do domínio português a algum defeito sensual do índio (nem tanto original assim, pois os cronistas e missivistas já atentavam para essa pretensa característica), que desejou a conquista, a retirada do estado de ‘atraso’ e ‘paganismo’.

No texto de Afonso Arinos de Melo Franco, a mobilidade do índio como conhecimento, avança do texto de Alencar. Os antepassados de Peri e Iracema viajaram para a Europa, contemplaram a cultura do Outro, tendo oportunidade de desfrutá-la, não estando presos simplesmente ao aspecto natural ou limitações de raça ou classe. Se o caráter natural motiva a circulação do selvagem, como “objeto de curiosidade”, de fato é muito antigo o costume capitalista, reificador, na cultura do ocidente. E continua na contemporaneidade, não deixando brechas para um encontro com essa entidade tão visitada nos últimos cinco séculos: a natureza. Franco afirma que os monstros habitantes das terras lendárias do mundo antigo foram inventados primeiramente pelos fenícios, por pura motivação comercial. Somente depois, a literatura fixou e coloriu mitos que nos impressionam até hoje.

Contradições benéficas destacadas também por José Luís Jobim (1988), porque no imaginário do romancista cearense José de Alencar, a partir dos títulos de seus romances, estaria garantido um lugar privilegiado na cul-

tura do Brasil para o selvagem e, por outro lado, quando realiza a narrativa, o lugar do autóctone é subalterno, de aniquilação. A ‘alteridade’ pretendida pelo escritor, através da publicação de termos indígenas, da veiculação de modos culturais atribuídos aos índios, faria o papel de alavanca do prestígio nativo até aquele momento. Para além disso, podemos dizer que a preocupação de Alencar estaria à serviço daquela supracomissão (classes mandatórias), do estabelecimento de uma identidade satisfatória — cores nacionais diversas — e da fixação de uma hierarquia conquistada desde os tempos da Colônia — prosseguimento dos mesmos nomes e posses provindos da herança da coroa portuguesa.

Resumè

Cet étude recherche la représentation de indian brésilien dans romans romantiques d’écrivain brésilien José de Alencar et autres, et puis, faire une articulation de cette images avec le texte de historien Afonso Arinos de Melo Franco ausi sur les indiennes. Les mots mobilité et classe social ouffrent la direction de confrontation entre deux group de textes (José de Alencar et Afonso Arinos de Melo Franco) sour le natif américain. La identité culturelle, nacional et les études de l’Outre sont les thèmes très importants dans cette reflexion.

Mots-clét: Littérature. Romantisme. Indian.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. de. *Iracema* - lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- ALENCAR, J. de. *O Gaúcho*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- ALENCAR, J. de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

- ALENCAR, J. de. *O Sertanejo*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- ALENCAR, J. de. *Senhora*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- ASSIS, M. de. Literatura Brasileira – Instinto de Nacionalidade. In: _____. *Antologia Crítica*. Rio de Janeiro: AGIR, 1959. p. 28-35. (Série Nossos Clássicos).
- BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CÂNDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1975. 2 v. v 2.
- CÉSAR, Guilhermino (Org). *Historiadores e Críticos do Romantismo*. São Paulo: EDUSP, 1978.
- COUTINHO, A. *A literatura no Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. 6 v. v 2.
- CUNHA, M. C. da (Org). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, Sec. Munic. de Cultura de São Paulo, FAPESP, 2002.
- FRANCO, A. A. de M. *O índio brasileiro e a Revolução Francesa – as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- GAMA, L. *Primeiras trovas burlescas*. Org. int. Lígia F. Ferreira. São Paulo: Martins, 2000. (Col. Poetas do Brasil).
- HOLANDA, S. B. de. Um mito geopolítico: A ilha Brasil. In: _____. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 61-84. (Col. Debates – 161).
- JOBIM, José Luís. Indianismo, Nacionalismo e Raça na cultura do Romantismo. In: BERNARDO, G. (Org) *Literaturas e sistemas culturais*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1998.
- JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica – tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. (Biblioteca Pierre Menard).
- KOTHE, F. *O cânone imperial*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- ORLANDI, E. P. (Org.). *Discurso Fundador – a formação do País e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- PEREIRA, Elvya S. *Piguara – a invenção do Brasil*. Feira de Santana: Editora da Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.
- SANTANA, A. R. de. *Análise estrutural de romances brasileiros*. 7. ed., Petrópolis: Vozes, 1989.

Enviado em 6 de junho de 2008
Aprovado em 10 de julho de 2008

